

Um dos antigos marcos divisórios do Couto de Fontarcada, situado na freguesia de São Gens de Calvos

LANYOSO, Revista Cultural da Póvoa de Lanhoso, nº 4, CMPL, no prelo.

A FAMÍLIA DE LANHOSO E O MOSTEIRO DE FONTARCADA:

UMA SÍNTESE

José Abílio Coelho*

1. Introdução

Com este artigo pretendemos analisar o trajeto da família de Lanhoso, instalada na Terra do mesmo nome desde os primeiros séculos da Reconquista. E, consequentemente, a fundação, por Godinho Fafes de Lanhoso, em 1067[1], do mosteiro de Fontarcada que, patrocinado pela mesma família ao longo das centúrias seguintes, se manteve ligado à Ordem Beneditina[2] até à sua extinção e transformação, por parte do arcebispo D. Fernando da Guerra, primeiro em igreja paroquial (1455) e, dez anos mais tarde (1465), em arcediagado da Sé de Braga[3].

Apesar da riquíssima e variada informação sobre este período da história (e até, especificamente, sobre a temática em estudo), que especialmente ao longo das duas últimas décadas foi publicada por historiadores como José Mattoso, José Marques, Avelino de Jesus da Costa ou José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, bem como da existência de outro tipo de fontes, transcritas de antigos documentos e dadas a conhecer por autores dos séculos XVII e XVIII como Frei Leão de São Tomas, António Carvalho da Costa ou Francisco Xavier da Serra Craesbeeck a verdade é que, até hoje, não foi feito um trabalho de compilação desta informação, um estudo que permita uma visão do conjunto, ainda que breve, sobre o mosteiro de Fontarcada e a família dos seus fundadores. É essa síntese que nos propomos aqui iniciar[4]. Tentaremos, pois, tanto quanto possível, traçar uma linha sequencial, atando laços desfeitos, unindo peças avulso, um pouco ao modo do que aconselha José Mattoso quando, referindo-se à escrita da história, nos diz que "à medida que formos esboçando o plano veremos o pouco que está feito ou em vias de execução, para assim se traçar o campo das articulações entre o que modestamente se esboça e o que ambiciosamente se imagina"[5]. O que não impede, antes recomenda, que um estudo muito mais profundo possa ser feito e dado a público o mais brevemente possível já que, em nossa opinião, deve existir, onde os historiadores mais vocacionados que nós para o estudo da Idade Média a possam procurar, muita documentação, ainda virgem, do antigo mosteiro.

Ao longo do trabalho fala-se, por vezes, noutras famílias e episódios históricos, em referências que servem apenas para contextualizar o tema e a época em estudo. Razão pela qual não aprofundamos suficientemente essa informação marginal, que deve ser olhada apenas como *suporte*

---

* Historiador. Investigador do CITCEM/UMinho e bolseiro de doutoramento da FCT. Este artigo reproduz, quase na íntegra, um texto apresentado, em 2010, num seminário de Idade Média realizado na Universidade do Minho. E-mail: joseabiliocoelho@gmail.com

1 TOMÁS, Fr. Leão de S., *Beneditina Lusitana*, Tomo 2, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, p. 257.

2 TOMÁS, Fr. Leão de S., *O. c.*, p.257.

3 MARQUES, José, *A arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 666-667.

4 Trata-se apenas de um tímido início, uma espécie de esboço, dada a enorme quantidade de fontes com que nos fomos deparando desde que iniciamos a preparação deste artigo. Parece-nos, aliás, que esta, como muitas outras fases da história da terra de Lanhoso, deviam merecer uma maior atenção de quem tem a obrigação de defender e valorizar a história povoense.

5 MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa: a Família e o Poder*, Editorial Estampa (4ª ed.) Lisboa, 1994, pp. 13-14.

para se falar dos de Lanhoso e do mosteiro de Fontarcada e para se entender, situando-as num tempo determinado, políticas e caminhos, estratégias e finalidades.

É pois, com base nas fontes e bibliografia disponíveis e, certamente, com uma boa dose de "ambiciosa imaginação", que tentaremos explicar as ligações dos Lanhosos ao mosteiro de Fontarcada e de ambos à Terra de Lanhoso, bem como a redução do velho cenóbio à sua função de igreja paroquial.

2. O Espaço Físico

2.1 - A Terra de Lanhoso

Situada entre as Terras de Homem e Cávado, Braga, Vermoim, Sande e Guimarães[6] e estreitada entre os dois principais rios do baixo Minho, o Cávado e o Ave, a Terra de Lanhoso dos séculos XI e XII tinha, segundo José Mattoso, uma "área muito menor que a de Bouro e da Nóbrega, mas [era] menos acidentada e mais fértil"[7]. Não deixava, assim mesmo, de se estender por um enorme território que ocupava quase todas as freguesias do atual concelho da Póvoa de Lanhoso, grande parte das que hoje pertencem a Vieira do Minho e algumas outras que vieram a integrar o concelho de Braga[8].

Desde o período romano que no alto do "monte Spino"[9], monólito granítico que Carlos Teixeira considerou o maior da Península Ibérica, existia uma fortaleza de estratégica vigilância à via Braga-Astorga, "a roçar o sopé do monte"[10]. Talvez se tratasse de um simples fortim, em madeira ou em granito, no qual as redondezas são férteis, construído pelos romanos ou mesmo anterior a estes mas, pela certa, e dado o seu posicionamento, "fortaleza expugnável", como lhe chamam velhos escritos[11].

Mais tarde, no mesmo local, de onde se avistam terras de cinco concelhos, foi construído um castelo, o Castelo de Lanhoso, sobre o qual Carlos Alberto Ferreira de Almeida afirmou: "Implantado sobre uma colossal bola de granito, só acessível pelo lado do Sul[12], começou por ser uma pequena, forte e muito original fortaleza, dos finais do século XI, de tipo alcáçova, sem torre de menagem. O seu primitivo espaço interno estava dividido por duas filas de pilares nos quais se apoiaria um piso superior" que "possuía boas condições de habitabilidade. Tinha uma só entrada,

6 COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, Vol. I, Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta (2ª ed.), 1997. Mapa nº 2 do apêndice documental.
7 MATTOSO, José, *Identificação de um País; Ensaio sobre as Origens de Portugal – 1096-1325*, Vol. I, Editorial Estampa, (5ª ed.), 1995, pág. 149.
8 COSTA, Avelino de Jesus da, *O. c.*, Mapa nº 2 do apêndice documental.
9 A designação "monte Spino" aparece em vários documentos dos séculos XI e seguintes. Como, em 1680, André da Silva Machado, um rico comerciante estabelecido na cidade do Porto mas natural da Póvoa de Lanhoso, onde nascera em 1745, ali construiu uma igreja em honra de Nossa Senhora do Pilar, o local passou a ser designado por "monte do Pilar". A perspetiva artístico-religiosa do local, os traços de vida do homem que, em pagamento de uma promessa, deu início à construção do santuário de Nossa Senhora do Pilar, bem como os contextos e evolução da importante obra que enobrece a Póvoa de Lanhoso, são temas a tratar num livro em cuja pesquisa temos vindo a trabalhar.
10 FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro, *O Castelo de Lanhoso*, Póvoa de Lanhoso, Editorial Ave Rara, 2005, p. 11.
11 Cf. *O Castelo de Lanhoso*, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 29, Setembro de 1942, pp. 6-7.
12 Neste particular, permitimo-nos discordar do grande mestre que foi Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Durante décadas, tal como Ferreira de Almeida, todos os historiadores tiveram a porta por este referida como a principal entrada no castelo. Provavelmente por desconhecerem a escarpa virada a norte, onde ainda restam vestígios da existência de um antigo acesso. A porta sul é constituída por uma escada estreita e íngreme, cavada na própria rocha, o que tornaria a escalada impossível a pessoas com poucas aptidões físicas, a animais ou a veículos e intransitável em tempos de geadas ou neve. A norte, como os vestígios indiciam, seria viável, pelo enchimento com terra de estruturas naturais e algumas construídas, obter-se um acesso, em estradão, que possibilitaria a subida até junto ao castelo de veículos de tração animal. Um assunto que, em nossa opinião, deveria merecer uma maior atenção dos arqueólogos.

ladeada por dois alongados mas estreitos cubelos (…). Porque a fortaleza se terá desmantelado, teve uma ampla reforma no séc. XV, adotando, então, a forma de castelo gótico, com torre de menagem implantada sobre a cortina virada à banda de acesso”[13].

Antes, porém, de o castelo que hoje conhecemos ter sido construído, existia já o castro de Lanhoso que começando por ocupar a área mais plana do topo do monte “spino”, veio posteriormente a alargar-se a terrenos socalcados na meia encosta virada a noroeste[14], até atingir significativo tamanho ao alargar-se para ambas as margens do ribeiro Pontido[15], entrando pela freguesia de São Gens de Calvos[16]. Como mais à frente se referirá, foi nesta área, desde a proto-história ocupada pelo castro que, séculos depois, terá sido construída uma das residências da família de Lanhoso, no lugar ainda hoje chamado “Quintã”. As terras de cultivo e de bosque que pertenciam a esta “quintã” alargavam-se, de forma continuada, por alguns bons quilómetros em redor, ocupando territórios das paróquias de Lanhoso, Fontarcada, Calvos, Serzedelo, Oliveira e Galegos, assim se mantendo por algumas centúrias. É provável que as terras se tenham vindo a dividir progressivamente ao longo dos tempos — dado, até, o desaparecimento da terra da família de Lanhoso, como mais adiante se verá — mas o núcleo mais próximo do “paço da Quintã” manteve-se unido, “numa só mão”, até ao século XVII. Pelos inícios da centúria de oitocentos, grande parte dos terrenos que pertenceram à “quintã” dos de Lanhoso foram separados e constituídas pelo menos três grandes propriedades (as quintas da “Quintã”). Já na segunda metade do século XX, as terras foram ainda mais repartidas, encontrando-se hoje nas mãos de várias dezenas de proprietários. Certo é, porém, que o núcleo principal, onde se pensa ter existido a casa da família de Lanhoso, mantém o topónimo “Quintã”, constituído em lugar da freguesia da Póvoa de Lanhoso[17].

2. 2 - O Topónimo Lanhoso

O topónimo Lanhoso deriva de “Laginoso”, dado, tanto a mole onde assenta a construção do seu castelo, como o terreno que o circunda, muitos quilómetros em redor, ser de composição maioritariamente granítica. Apesar de possuir nos seus baixios terras bastante produtivas, quer de cereais, quer de frutas e vinha, o elemento granítico nunca se encontra a grande profundidade, podendo mesmo afirmar-se que não há no Minho outra terra onde se encontre tanta e tão exposta extensão de lajedos continuados como na Póvoa de Lanhoso.

A designação aparece-nos logo na primeira referência escrita a Lanhoso, referente à paróquia do mesmo nome e datada de 1086, onde se lê que se situa “subtus monte spino castro Laginoso (…)”[18]. O topónimo da sede administrativa seria, aliás, adotado para toda a vasta área depen-

13 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal – O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 145.
14 TEIXEIRA, Carlos, *Notas Arqueológicas sobre o castro de Lanhoso*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1940, pp. 6-7
15 Pequeno curso de água que nasce na freguesia de Rendufinho e vai desaguar ao rio Ave. Até aos inícios do segundo quartel do século XX, serviu de fronteira natural entre as freguesias de Lanhoso e Fontarcada.
16 Há pouco mais de dez anos, uns trabalhadores que limpavam com uma máquina de terraplanagem um terreno para alargamento de uma pedreira existente no local onde se situou este castro — o que demonstra o pouco respeito pela História que se vive em muitas terras do nosso país — destruíram um balneário que ali se encontrava sob terra. Tudo foi reduzido a escombros. Sobejaram apenas algumas pedras trabalhadas, mesmo assim quebradas em várias partes. De alguns pedaços dessas pedras espalhados pelo local, que, depois de um alerta anónimo, foram entregues à câmara da Póvoa de Lanhoso, foi refeita uma “pedra bonita” que os arqueólogos consideram “um excelente exemplar, comparável a outras que foram encontradas em grandes castros do Vale do Ave. Para melhor conhecer a estrutura destruída pode ler-se Dinis, António Pereira, “O balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia do Entre Douro e Minho”, in *Mínia*, nº 10, IIIª série, Braga, ASPA -Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, 2002.
17 A freguesia da Póvoa de Lanhoso é de criação muito recente, datando apenas do verão de 1930. Cf. Decreto nº 18.686, in *Diário do Governo*, nº 174 (2ª série), de 29 de julho de 1930, pp. 1515-1516. Até então, as terras a sul do ribeiro Pontido, onde se encontra a “Quintã”, pertenciam à freguesia de Fontarcada, à qual foram retiradas, com outras da de Lanhoso, para a criação da nova freguesia.
18 COSTA, Avelino de Jesus da, *O. c.*, p. 113

dente castelo, que se designou, sucessivamente, Terra e Julgado de Lanhoso. Quando, em 1292, D. Dinis atribuiu à Vila da Póvoa carta de foral, chamou-lhe "mea popula de Lanyoso"[19]. Paulo Alexandre Ribeiro Freitas, autor de um estudo sobre as cartas de foral de Lanhoso (de D. Dinis e de D. Manuel), afirma ser "de notar que pela primeira vez, nos aparece em documentos a referência à Póvoa de Lanhoso (…), forma pela qual se denomina actualmente o concelho", acrescentando que "fica desta forma bem explicita a origem toponímica do nome do concelho, a qual se induz pela necessidade sentida para a criação de uma Póvoa habitacional para povoar, explorar e possivelmente defender a zona, extremamente importante pela sua situação geográfica (entre Guimarães e Galiza) e dada a sua natural proximidade às cidades de Guimarães e Braga". O citado autor afirma ainda que a carta de foral atesta "a natureza militar da importância desta Póvoa de Lanhoso, já que em inúmeros documentos nos aparece a referência à Póvoa do Castelo de Lanhoso"[20].

A passagem de "Laginoso" a "Lanyoso" e posteriormente a "Lanhoso" foi, pois, a evolução natural, em termos linguísticos, de um topónimo milenar que tem por raiz, como se disse, as caraterísticas geomorfológicas graníticas desta vasta área em estudo.

3. Famílias, Património e Poderes

3. 1 - A "Ribeirinha" e o Couto de Pousadela

Na primitiva área da Terra de Lanhoso existiram pelo menos três concelhos e vários coutos. No referente a concelhos, e para além do da Póvoa de Lanhoso, conhece-se a existência do de São João de Rei, incluindo freguesias do atual concelho da Póvoa de Lanhoso (as mais próximas das margens do Cávado) e do antigo couto de Pousadela[21]; e a do concelho de Penafiel do Soaz, cuja sede se situou na freguesia de Frades (no alto do monte de Penafiel, depois monte de São Mamede), incluindo freguesias hoje pertencentes a Póvoa de Lanhoso e a Vieira do Minho[22].

O concelho de S. João de Rei, embora pequeno e pobre mas em cujas terras caçaram reis antes da fundação da nacionalidade[23], manteve-se, sem intermitências, até às reformas do século XIX, sendo nessa altura integrado no da Póvoa de Lanhoso. Quanto a Penafiel de Soaz, as indicações existentes não são de todo claras, estando ainda por estudar devidamente. Sabe-se que a freguesia que lhe serviu de sede (Santo André de Frades), estava integrada no couto de Parada de Bouro em 1706, embora o concelho, já com a designação de Ribeira de Soaz, apenas tenha sido extinto em 17 de Fevereiro de 1852. A sua sede poderá ter sido mudada, no século XV ou XVI para a freguesia de Parada de Bouro, hoje do concelho de Vieira do Minho.

No referente a coutos, conhece-se a existência de uns quantos, estando devidamente documentados os de Fontarcada, Pousadela, São Pedro de Serzedelo, Lageosa e Pedralva[24].

De entre estes, destacamos o couto de Pousadela, que teve significativa importância histórica.

---

19 FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro, *Terras de Lanhoso – Monografias II – Meã Popula de Lanyoso – Forais de Lanhoso*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1992, p. 72.

20 FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro, *O. c.*, p. 123.

21 CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério, "O Concelho de S. João de Rei, A Reforma Liberal dos Concelhos e os Últimos Anos do Concelho de S. João de Rei", in *Lanyoso*, nº 1, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 2006, pp. 9-51.

22 MACHADO, Sérgio Manuel da Costa, *Subindo ao Monte de Penafiel de Soaz: ao encontro de São Mamede*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 2006.

23 CELESTINO, António, *Antigamente Era San Jhoan de Rey*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1994.

24 SANTOS, Pe. Manuel Magalhães dos Santos, *Monografia da Freguesia da Póvoa de Lanhoso: Nossa Senhora do Amparo*, Póvoa de Lanhoso, ed. do Autor, 1990, p. 36.

Terá sido doado por D. Sancho I, em testamento, à sua barregã D. Maria de Pais Ribeiro, a *Ribeirinha*, descendente de outra família de povoadores de territórios que pertenceram à Terra de Lanhoso — a de D. Moninho Ozores, coetâneo do Conde D. Henrique de Borgonha[25]. A cabeça desta família estará no Conde de Cabreira e Ribeira[26], que teve residência no Vale de Geraz, na ainda existente Torre dos Machados de Geraz, de que trata a obra com o mesmo nome da autoria de Arlindo Ribeiro da Cunha[27].

Dela descendem, para além da já citada D. Maria Pais Ribeiro, Martim Moniz (referido pelo Conde D. Pedro de Barcelos como herói da conquista de Lisboa, ato de valentia que, desde Alexandre Herculano, começou a ser posto em causa pelos historiadores, tese corroborada por José Augusto Pizarro[28]), Martinho Peres (o primeiro que usou o apelido de Machado[29]) e, já nos finais do século XIV ou início do XV, D. Briolanja de Azevedo, que foi esposa do poeta renascentista Sá de Miranda[30]. Esta senhora detinha vastas propriedades no (então) concelho de S. João de Rei e no de Amares, em cuja quinta da Tapada Sá de Miranda residiria significativa parte da sua vida e onde viria a falecer, em 1558.

Vários dos membros da família desta Casa e Torre de Geraz foram frequentadores da Corte dos nossos primeiros reis, como é o caso dos já citados Martim Moniz e de D. Maria de Paes Ribeiro. Outros (na sua evolução para Berredo, como se verá no título seguinte), dividiram com os de Lanhoso (de quem eram aparentados) a chefia daquela Terra, tendo Paio Moniz Ribeiro exercido a tenência entre 1200 e 1202 e Martim Pais da Ribeira ocupado o mesmo posto entre 1222 e 1236[31].

3. 2 - Os Pereiras de Berredo

Outra família com importância na Terra de Lanhoso medieval, e que daí irradiou, através de bem conseguidas estratégias de casamento, até à frequência da Corte, foi a dos Pereiras de Berredo aparentados com os Ribeiros da Torre de Geraz[32]. Trata-se de um ramo desta última família descendente de Moninho Ozores de Cabreira[33] e de D. Boa Nunes de Grijó. Este casal, apesar de

25 CUNHA, Pe. Arlindo Ribeiro da, *Os Machados da Torre de Geraz*, Póvoa de Lanhoso, Jornal Terras de Lanhoso (2ª edição), 2003, p. 12
26 Em trabalho datado de 1997, José Augusto Pizarro (vd. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, dis. de doutoramento, 1997, pp. 675-676 e 617-619) adianta a hipótese de os Ribeiros não terem raiz nos Condes de Cabreira, mas sim nos Guedões. Não coloca dúvida, porém, na paternidade dos Ribeiros a partir de Moninho Osores, como a não coloca na atribuição do Couto de Pousadela a um membro da família Ribeiro, que não Maria Pais Ribeiro. Segundo este autor, o Couto terá sido doado a Pero Nunes "Pestanas de Cão", o "primeiro a usar o nome Ribeiro, ou Ribeira, e a quem D. Sancho I, em 1200, doou e coutou o reguengo de Parada". Entretanto, saiu recentemente a público um artigo de excecional interesse para a história de Portugal em geral e para a Póvoa de Lanhoso em particular, que se debruça sobre as origens familiares dos Senhores de Cabreira e Ribeira e que tem como autores Inés Calderón Medina e João Paulo Martins Ferreira. O lastro histórico que a família dos Osórios tem na Póvoa de Lanhoso merece, em nossa opinião, não apenas uma leitura muito atenta do artigo em causa mas, até, ou sobretudo, um convite da autarquia aos autores no sentido de estes poderem vir a aprofundar o tema. Será destes contributos que, num futuro próximo, talvez se possa vir a conhecer melhor a história desta terra no que concerne ao período medieval. Cf. MEDINA, Inés Calderón; FERREIRA, João Paulo Martins, "Os senhores de Cabreira e Ribeira: um estudo sobre a sua origem e transcedencia peninsular (secúlos XII-XIV)", in COELHO, Maria Helena da Cruz (dir.), *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 123-152.
27 CUNHA, Pe. Arlindo Ribeiro da, *O. c.*
28 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *O. c.*, p. 820.
29 CUNHA, Pe. Arlindo Ribeiro da, *O. c.*, p. 12
30 CUNHA, Pe. Arlindo Ribeiro da, *O. c.*, p. 12
31 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *O. C.*, pp. 821-822.
32 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *O. c.*, p. 817.
33 Este Moninho Osores é o primeiro dos confirmante da carta de Couto ao mosteiro de Fontarcada, o que demonstra a sua proximidade à cúria de Afonso Henriques. José Augusto Pizarro diz que está documentado em 1138 e em 1139, e que foi um segundogénito da casa de Cabreira que veio para Portugal "em busca de fortuna e de uma herdeira". Parece que o conseguiu, pois acabaria por casar com D. Boa Nunes de Grijó que, à falta de irmãos, ficou com a representação da casa de Grijó. Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *O. c.*, p. 817.

possuir vastíssimas propriedades em Grijó, herdadas por D. Boa Nunes, teve-as também no vale de Geraz do Minho da Terra de Lanhoso. Restos da casa que possuíam em Geraz ainda existiam no século XIX.

Também os de Berredo tiveram estreitas ligações com a Corte, quer através de Paio Moniz Ribeiro, que foi rico-homem de D. Sancho I e seu alferes-mor entre 1199 e 1202, quer de seu filho Martim Pais da Ribeira, rico-homem de D. Afonso II e de D. Sancho II[34].

A vida religiosa também atraiu alguns dos descendentes de Moninho Osores. Foi o caso de Martim Martins de Cabreira, que foi arcediago de Braga cerca de 1250; de Elvira Martins de Berredo, que foi freira em Lorvão (1264); ou Alda Martins de Berredo, que foi freira no mosteiro de Arouca[35]. Nem todos exerceram, contudo, atividades relevantes nas hierarquias sócio-político-religiosas: o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro[36], identifica uma Maria Moniz de Cabreira "que nom foi casada, mais foi puta e fez um filho que houve nome [?], e nunca lhe souberam padre (…)"[37].

Já nos finais do século XIII, um outro membro desta família, D. Rodrigo Gonçalves Pereira de Berredo, sendo alcaide do Castelo de Lanhoso, viria a protagonizar uma das mais fabulosas (exageradamente fabulosa...) histórias a que a velha fortaleza assistiu. O relato dessa passagem vem narrada pelo Conde D. Pedro no seu *Nobiliário*, onde este conta que, estando D. Rodrigo ausente em batalha, foi avisado de que sua esposa D. Inês Sanches lhe era infiel no seu alcácer com um frade do convento de Santa Maria de Bouro. Sabedor da traição da mulher, o Alcaide regressou pela noite e lançou fogo ao castelo, sendo tudo consumido pelas chamas. "Ela, estando no castelo de Lanhoso, fez maldade com um frade de Bouro; e D. Rodrigo foi disso certo: e chegou ahi, e cerrou as portas, e queimou-a ela e ao frade, e homens e mulheres, bestas, cães, gatos e galinhas e de todas as coisas vivas; e queimou a câmara e panos de vestir, e camas, e não deixou cousa móvel; e alguns lhe perguntaram, porque queimara os homens e mulheres: ele respondeu que aquela maldade havia 17 dias que se fazia; e que não podia ser que tanto durasse, sem que eles não entendessem alguma coisa, em que pusessem suspeita; a qual suspeita deviam descobrir"[38].

Este D. Rodrigo Pereira, após a vingança na qual pereceram a esposa adúltera e o seu amante e etc., casar-se-ia em segundas núpcias com D. Sancha Henriques de Portocarreiro e, entre os descendentes ilustres deste seu segundo casamento, contam-se o arcebispo bracarense D. Gonçalo Pereira que, por sua vez, foi avô do Condestável D. Nuno Álvares Pereira[39]. Enredo para, se o tempo para tanto for suficiente, nos fazer refletir um pouco sobre os caminhos e os descaminhos da história.

---

34 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *O. c.*, p. 821-822.
35 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *O. c.*, p. 823.
36 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *O. c.*, p. 821.
37 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *O. c.*, p. 821. José Augusto Pizarro, na obra que temos vindo a citar (p. 819), afirma que "o século XII assistiu uma vez mais ao declínio da linhagem dos de Lanhoso-Berredo, talvez motivado por razões de ordem política (…)", acrescentando em nota de rodapé que nem o casamento de um filho de D. Martim Pais Ribeiro com uma filha do valido Rui Gomes de Briteiros terá conseguido suster o declínio da linhagem. Ora, aquando da chegada a Portugal de D. Afonso III, para ocupar o trono em substituição de seu irmão D. Sancho II (1246), o Castelo de Lanhoso terá sido entregue a partidários do Bolonhês. "Durante o reinado de D. Afonso II, era Alcaide do Castelo de Lanhoso D. Godinho Fafes que substabelecera a alcaidaria num certo Mem Cravo. Este, sem seu consentimento (de Godinho Fafes), entregou as chaves do castelo a D. Afonso, futuro Afonso III. Cf. FREITAS, *O. c.*, pp. 19-20. Terão resultado deste episódio e de movimentações políticas ocorridas nesta ocasião, o declínio dos Lanhoso-Ribeiro-Berredo junto da corte?
38 BASTOS, Paixão, *No Coração do Minho: a Póvoa de Lanhoso Histórica e Ilustrada*, Braga, Tipografia Henriquina a Vapor, 1907, pp. 21-22, onde se encontra esta citação do Conde D. Pedro.
39 BASTOS, Paixão, *O. c.*, pp. 22-24.

4. A Família de Lanhoso e o Mosteiro de Fontarcada

4. 1 - A Família de Lanhoso

Embora tenhamos começado por falar noutras importantes famílias senhoriais que tiveram ligação a este espaço geográfico, foram com certeza os de Lanhoso os primeiros a instalar-se na área estreitada entre os rios Cávado e Ave – a Terra de Lanhoso.

Sobre esta família de ricos-homens, é grande a confusão que reina nas fontes escritas. Quem primeiramente a refere é Frei Leão de S. Tomás, no Capítulo X da Beneditina Lusitana e no que concerne à fundação do mosteiro de Fontarcada, dizendo: "Se o curioso leitor achar alguma contrariedade no Conde D. Pedro nestes dois lugares, a saber que no primeiro título diz que Godinho Fafes filho de Dom Fafes Serrazim, o que morreu em Águas Mayas, junto a Coimbra, diante de seu Rei Dom Garcia[40], e filho de sua mulher Dona Ouroana de Bragança, foi o que edificou o mosteiro de Fonte Arcada, e logo no título trinta e nove diz que o que fundou o Mosteiro de Fonte Arcada, e que o coutou foi Dom Godinho Fafes o Velho filho de Dom Fafes Luz e de sua mulher Dona Froile Viegas, se nestes dois títulos (como digo) achar contrariedade, pode-lhe dar a solução, ou explicação, que melhor lhe parecer"[41]. As referências contidas nesta descrição da *Beneditina*, e mais tarde corroboradas por outros autores, não são assim tão confusas à luz do atual conhecimento, pois sabemos hoje que, como mais à frente se verá, o mosteiro de Fontarcada foi fundado no ano de Cristo de 1067 por D. Godinho Fafes, o "Velho", filho de Fafes Serracins de Lanhoso, e coutado a outro Godinho Fafes, bisneto do primeiro, no ano de 1138.

Voltemos, contudo, um pouco atrás para nos perguntarmos quem foi D. Fafes Serracins? Um nobre galego, chegado tardiamente às terras de Entre Douro e Minho, como aventam alguns autores, ou um rico-homem nascido já nestas paragens, como afirmam outros? A dúvida foi levantada ao longo de séculos e subsiste, embora a historiografia das últimas décadas, especialmente depois da publicação de um conjunto de trabalhos sobre a nobreza medieval portuguesa da autoria de José Mattoso, tenha começado a fazer mais um pouco de luz sobre o assunto.

Sem se preocupar com a questão desta família em particular, mas inserindo-a num contexto mais vasto, que era o todo do Condado Portucalense ao tempo da Fundação da Nacionalidade, começaram a ser propostas árvores genealógicas que nos permitem uma leitura muito mais clara, mas nem por isso definitiva.

Vejamos as propostas existentes.

4.2 - Família Galega ou descendente de Vímara Peres?

José Mattoso identifica, desde muito cedo, a família de Lanhoso como uma das mais importantes residentes no território que viria a ser Portugal. No seu livro Ricos Homens, Infanções e Cavaleiros[42], e após dissertar sobre a família condal que ocupou territórios no Entre Douro e Minho — a do presor do Porto, Vímara Peres — este autor fala-nos de algumas das grandes famílias de Infan-

40 D. Garcia, filho de D. Fernando I, o "Magno", foi rei da Galiza. Esta batalha de Águas Maias, ou de Santarém como referem outros autores, terá ocorrido entre o seu exército e o de seu irmão Sancho II de Castela (1065-1072), tendo o primeiro sido derrotado. Um outro irmão de ambos, Afonso VI de Leão (1065-1109) viria a derrotar D. Sancho II, reunificando sob a sua autoridade os três reinos. Afonso VI foi o pai de D. Teresa e avô de D. Afonso Henriques. Veja-se, contudo, a nota 51.

41 S. TOMÁS, Frei Leão de, *O. c.*, p. 257-259.

42 MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros – A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1998, p. 45-46.

ções[43], através das quais explica o processo de constituição da nobreza portucalense que precedeu a fundação da nacionalidade. As primeiras cinco dessas importantes famílias que detiveram "o poder fundiário, militar, judicial, senhorial e simbólico", foram os Sousãos, os Bragançães, os da Maia, de Baião e de Riba d'Ouro. "Reportando ao período da fundação da nacionalidade, são estas [as cinco atrás referidas] as famílias de origem portuguesa que ocupam os postos cimeiros da administração regional e os cargos curiais". Adianta, contudo, que se encontram "outras famílias que atingem o mesmo nível, mas parecem ser de origem mais recente, ou procederem de ascendência galega". Entre as de origem mais recente contam-se "além de outras as dos Silvas, Fafes, Lanhosos, de Penagate, da Várzea e Velhos"[44]. Não nos dá, no entanto, qualquer explicação para o aparecimento desta família de Lanhoso.

António Leite Lobo, citado por José Augusto Pizarro[45], coloca contudo a hipótese (ao que afirma este último autor, de forma bem fundamentada) de Fáfila Serracins descender diretamente do Conde Vímara Peres, apresentando o seguinte esquema:

VÍMARA PERES (868-873) > LUCÍDIO VIMARANES (887-922) >
ALVITO LUCIDES (915-973) > LUCÍDIO ALVITES (926-968) >
FÁFILA LUCIDES I (995) > SERRACINO FAFES (+a. 1079) >
FÁFILA SERRACINS (1068-1071) > GODINHO FAFES (1085) >
LUCÍDIO GODINS (1109) > FÁFILA LUCIDES (1103-1117)

Esta proposta vem, de algum modo, dar razão a um manuscrito de Gaspar Álvares de Lousada, do qual seguidamente se falará.

4.3 - O manuscrito de Gaspar Álvares de Lousada

Intitulado *Godinhos*, foi divulgado em 1977, através de Eugénio Andrêa da Cunha Freitas, um manuscrito de Gaspar Álvares de Lousada[46], onde este último afirma que Fafes e Godinhos procedem todos de um mesmo tronco, "que foi D. Fafes Serrazim natural da terra de Lanhoso de pais e avós"[47].

Talvez escrito em Braga, quando Lousada ali se encontrava, organizando, ao serviço do arcebispo D. Fr. Agostinho de Jesus, o Arquivo da Mitra Primaz, diz-nos Cunha Freitas sobre o manuscrito que é composto de 11 páginas, *in fólio*, que está datado de 28 de Outubro de [15]98 e que "foi feita sobre documentos do mosteiro de Fonte Arcada", embora acrescente que "infelizmente [está] incompleto"[48].

No manuscrito, Lousada tenta explicar a já referida confusão existente no *Livro Velho de Linha-*

43 MATTOSO, José, *O. c.*, p. 45-46.
44 MATTOSO, José, *O. c.*, p. 45-46. Parece-nos, aliás, que embora José Mattoso se refira a Fafes e Lanhosos como famílias distintas, uns e outros devem integrar-se numa só, a dos Fafes de Lanhoso.
45 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *O. c.*, vol. II, pp.737-738
46 O licenciado Gaspar Álvares de Lousada ordenou o arquivo da Mitra de Braga ao tempo do Arcebispo D. Fr. Agostinho de Jesus. Mais tarde foi reformador dos padroados reais (1612) e, ainda no mesmo ano, escrivão da Torre do Tombo. Considerado por muitos historiadores como o "maior falsário" português de documentos históricos, tem sido reabilitado pela "actual crítica histórica". Cf. Cunha Freitas, *O. c.*, pp. 108-109.
47 FREITAS, Eugénio Andrêa da Cunha, *O. c.*, 1977.
48 FREITAS, Eugénio Andrêa da Cunha, *O. c.*, p. 110.

gens do Conde D. Pedro, e parece não ter dúvidas sobre a naturalidade do primeiro da linhagem dos de Lanhoso, afirmando: "Mostra-se mais que era D. Fafes Serrazim natural da terra de Lanhoso pois ficou ao serviço del Rey D. Gracia (sic) de Portugal, como seu vassalo, e que tinha seu património em suas terras, que era entre Douro e Minho, por estas partes de Lanhoso, e Braga, assim como o cide Ruy Dias e o conde D. Gracia (sic) de Cabra, e o Conde D. Nº de Lara com outros muitos ficaram de baixo da Vassalagem del Rey D. Sancho de Castela, seu irmão ao tempo que el Rey D. Frº, o 1º pay destes dous Reys, e de D. Aº, o 6º repartio entre eles seus estados"[49]. Lousada indica o ano de 1101 como o da batalha em que, na guerra entre os dois irmãos, D. Fafes Serracins de Lanhoso terá morrido. No esquema de António Leite Lobo que atrás se reproduz, vem indicado que D. Sarracino Fafes morreu antes de 1079, data que não coincide com a apontada por Lousada. As datas, isto é, a diferença apontada, nem sequer têm, quanto a nós, significativa importância, já que a mais recente historiografia não dá importância a esta hipotética batalha entre D. Garcia II e seu irmão D. Sancho, colocando-o, antes, em colisão com o conde Nuno Mendes, o derradeiro representante da dinastia condal portucalense, que morreu às mãos dos apoiantes de Garcia, em 1071, na batalha de Pedroso, ao pé de Braga. Após um conjunto de jogos políticos entre os três filhos de Fernando Magno, D. Garcia acabou por ser destituído e preso (1073) por seu irmão D. Afonso VI[50]. A data apontada por Leite Lobo (antes de 1079) parece-nos assim a mais lógica, pois D. Garcia deve ter morrido na prisão, a que foi submetido em 1073.

4.4 - A "Quintã" de D. Fafes Serracins de Lanhoso

D. Fafes Serracins e, posteriormente, os seus descendentes, sendo senhores de Lanhoso, tiveram muitas propriedades para além das fronteiras desta Terra. Dentro desta divisão administrativa, é certo que possuíram "casais" em quase todas as paróquias, como dizem sucessivos autores. Na *Corografia Portugueza...* afirma-se que o "Conde Dom Fafes Serrazim (sic) de Lanhoso (…)" teve *solar & morada* em S. Martinho de Galegos"[51]. É provável que ali possuísse uma ou mais propriedades, como as teve em muitas outras freguesias. Quer José Mattoso, quer mais recentemente José Augusto Pizarro, identificam terras honradas pelos seus descendentes em quase todas as paróquias da Póvoa de Lanhoso e mesmo muito para além das fronteiras deste concelho. Contudo, a sua "Quintã", situava-se a pouco mais de mil metros do Castelo de Lanhoso, cuja tenência pertenceu a vários dos seus descendentes.

No título XXII das *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho*, dedicado ao couto de Fonte Arcada, Craesbeeck acusa o autor da *Corografia Portugueza* de errar nesta afirmação, já que "se acha que viveo na sua quinta de Bagães (que he dentro desta freguesia deste couto), en humas casas, que ainda hoje se concerva huma escada muito bem feita de pedra, de outo palmos de largo cada degrao, com dous patins, hum no meio e outro na entrada do sobrado, na volta que faz; porquanto, en todos os tombos, que se achão no cartorio deste arcediagado, se faz menção da dita quinta de Bagães (que hoje chamam a Quintam), em cujo citio se vem vestígios de caza e Torre; e no Tombo que se fez dos bens do dito arcediagado, no anno de 1592, a folha 123, se achão estas palavras:

"— E AS CAZAS E ERDADES DESTA QUINTA SÃO AS QUE SE SEGUEM: CONVEM A SABER, HUMA CAZA DE TORRE ASOBRADA, ETC —"[52].

---

49 FREITAS, Eugénio Andrêa da Cunha, *O. c.*, p.114

50 Para se compreender este período, anterior à fundação de Portugal, pode ler-se, por todos, BEIRANTE, Maria Ângela, "A Conjuntura", in Marques, A. H. de Oliveira (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Presença, 1993, pp. 257-265.

51 COSTA, António Carvalho da Costa, *Corografia Portugueza...*, Lisboa, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, Tomo I, p. 163.

52 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, *O. c.*, p. 211.

Efetivamente, é da tradição oral que, no lugar da Quintã (hoje lugar independente do de Bagães, referido por Craesbeeck), se situou em tempos imemoriais uma casa com torre que terá pertencido à família de Lanhoso. O próprio Camilo Castelo Branco usa essa informação num dos seus romances, cujo enredo se passa integralmente na Póvoa de Lanhoso[53], que nos permitimos transcrever, ainda que a descrição não passe de mais uma das brilhantes páginas de ficção saídas da pena do mestre de Ceide:

"Sobranceando a Póvoa, negrejava o castelo de Lanhoso, erecto em rocha, recortado de ameias, lardeado de bastiões, golpeado de seteiras, ali perpetuado, rebatendo as injúrias de nove séculos, imagem, símbolo da raça forte que, ao passar por lá, empedrou um dos seus gigantes, como vigia eterna das gerações que se esforçaram a camartelo da sua vergonhosa efeminação. Ali o primeiro Afonso

... a mãe, que tão pouco o parecia

... em ferros ásperos atava.

Lá foi que D. Rodrigo Gonçalves Pereira de Berredo, esposo atraiçoado por um frade de Bouro, pegou fogo pelos quatro ângulos, assando a esposa, o frade, os criados, as bestas, tudo, criminosos e inocentes, desde a adúltera até ao frade, o frade talvez inocentíssimo, embora o genealógico D. Pedro, conde de Barcelos, mentiroso como todos os linhagistas, referindo o caso, duvide da inocência do monge.

Ao nascente surgia dentre copas de carvalheiras seculares a Torre dos Godinhos, onde vivera o conde D. Fafes Serrazim de Lanhoso, o rico-homem, pai de D. Godinho, e avô de D. Fafes Luz, fundador de Fafe. Não vá o leitor, enganado por mim, à cata da torre solarenga dos Godinhos. Há menos de trinta anos que o paço feudal foi aluído. Da pedra enegrecida por dez séculos, e talvez esquadrinhada por mãos de suevos, fez-se a parede de um chavascal, e uma cozinha de casa alargatada de azulejos, onde provavelmente mora e engorda um sujeito que se serve com os últimos descendentes de D. Fafes"[54].

Em linha reta, da "Quintã" da família de Lanhoso ao "lugar fértil e aprazível"[55] onde D. Godinho Fafes fundou o mosteiro de Fontarcada, distam pouco mais de três quilómetros. Essa área de bosques e outeiros pertencia aos de Lanhoso e foi a escolhida para ali ser implantado o cenóbio. Aliás, para além do arroteamento de parte desse mons, trabalho a que se costumavam dar os membros da Ordem de S. Bento na sequência do ensinamento do grande Patriarca — "Ora et Labora" — pouco deve ter mudado nos séculos seguintes, pois ainda assim era em meados do século XVIII. Nesta altura, diziam os responsáveis paroquiais ao *Inquérito de 1758 do Padre Luís Cardoso*, que a igreja da paróquia de Fontarcada está "na cova de um pequeno monte que lhe fica à parte do norte, sendo pelas mais partes campos". Para além disso, concluem os signatários da informação ao Inquérito, "tem junto de si somente as casas das residências dos párocos dela e Recolhimento da Renda e poucas mais"[56].

---

53 BRANCO, Camilo Castelo, *O Demónio do Ouro*, (Vol. I), Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 6ª ed., 1970, pp. 14-15.

54 Camilo, tal como outros autores de romances do século XIX, é hoje muitas vezes citado por historiadores. Não que as suas obras façam fé como fonte historiográfica, mas pelo facto de, muitas vezes, as confirmarem. É este o pretexto pelo qual se insere aqui esta descrição do autor de O Demónio do Ouro.

55 COSTA, António Carvalho, *O. c.*, p. 163

56 CAPELA, José Viriato, *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Edição Projecto A Descrição do Território Português do Século XVIII, 2003, pp. 386-388. NORTON, Maria Henriqueta C. R. Teixeira da Mota, *Terras de Lanhoso – Monografias I – O Inquérito de 1758 do Pe. Luís Cardoso*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1987, p. 92.

Razões da escolha deste local para a construção apenas se adivinham pelas palavras de Ferreira de Almeida: "(…) é por demais sabido que a escolha de um lugar, para edificar um templo não se faz [no período do românico] arbitrariamente"[57]. A escolha estava sempre relacionada, quando se tratava de paroquiais, com o *habitat* que as rodeava ou, nos casos dos mosteiros ligados a Ordens, a um lugar onde a floresta ou os cursos de água eram presença efetiva.

No caso de Fontarcada, talvez a escolha se tivesse feito pelo facto do sítio ser "aprazível" ou por que ali houvesse, não um rio, que não existe assim tão perto, mas uma fonte brotando, uma nascente de água cristalina que "chamasse" ao local os frades que ali pretendiam instalar-se. Frei Leão de S. Tomás viria a afirmar, na *Beneditina* que o "mosteiro está situado em hum lugar muy fresco (…), junto a huã fermosa deveza de carvalhos por meyo da qual vay a estrada publica pêra Castela"[58]. Quanto à designação do mosteiro, há autores que referem ter existido ali uma grande fonte em arco (de onde derivaria "Fonte Arcada"), mas o mais provável é que, muito antes dela, já ali existisse uma nascente de água cristalina.

Sobre a existência desta fonte, encontramos, numa nota de rodapé de uma monografia dada a público em 1905, uma pequena descrição nesta forma: "O nome de Font' Arcada vem-lhe duma antiquíssima fonte, em forma d'arco, dárquitectura gótica, elegantemente feita de pedra fina, e que existia na cerca pertencente aos frades. Tinha esta obra admiráveis emblemas, entre os quais a flor de liz e outros belos adornos, ao centro um nicho ladeado de diferentes lavores, e ao fundo um tanque quadrilongo. Toda esta maravilhosa obra foi, infelizmente, demolida em 1884 por D. Ana Cristina de Noronha Portugal, então senhora da Quinta da Renda"[59]. Esta quinta da Renda era a propriedade mais próxima do mosteiro[60].

4. 5 - A Fundação do Mosteiro de Fontarcada

Fazendo, fé nas fontes disponíveis, o mosteiro de Fontarcada foi edificado no ano de Cristo de 1067, por Godinho Fafes. A data não sofreu até hoje qualquer contestação e D. Gabriel de Sousa, antigo Abade do mosteiro beneditino de Singeverga, dizia, numa conferência produzida em Póvoa de Lanhoso, que, apesar de Frei Leão de S. Tomás ser muitas vezes alvo de suspeição por não aduzir documentos, "no caso vertente [a edificação de Fontarcada], reconhecemos que não andará muito longe da verdade, pois que data de uns anos depois a primeira referência documental conhecida: do Censual do Bispo D. Pedro". E remata: "Se por 1084-1091 tinha de dar um jantar à Mitra bracarense, é porque desde há alguns anos existia e funcionava"[61].

Sabe-se que foi cenóbio de frades da Ordem de S. Bento e que foi seu primeiro abade D. João, que as mesmas fontes dizem ter vivido e morrido com fama de santidade. Francisco Craesbeeck, na já citada obra *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho*, fazendo referência a este abade, D. João, diz que se confirma a "memória" de Frei Leão de S. Tomás, e cita uma inscrição encontrada no mosteiro: — "Kalendas Augusti era MCXX / Obit pisimus vir Joannes primus / abbas hujus monasterii, que hanc / eclesium de novo opera edificavit / cujus anima requiescat in pace. Ámen."[62]

57 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira, *O. c.*, p. 66
58 S. TOMÁS, Frei Leão de, *O. c.*, Tomo II, p. 257
59 BASTOS, Paixão, *O. c.*, p. 32
60 Tal como outras propriedades do mosteiro de Fontarcada, esta enorme quinta passou para o Arcediagado criado por D. Fernando da Guerra, como à frente se verá, e, mais tarde, para a Patriarcal de Lisboa. Por lei de 15 de Abril de 1835 viria a integrar a Fazenda Nacional, sendo seu primeiro possuidor por arrematação José Miguel Quaresma, residente nos Arcos de Valdevez. Cf. BASTOS, Paixão, *O. c.*, p. 32.
61 SOUSA, D. Gabriel de, *A Póvoa de Lanhoso e a sua Dimensão Beneditina*, conferência, policopiado, s/d, s/p.
62 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, *O. c.*, p. 215.

Ao citado Frei João, são identificados outros catorze abades — o último dos quais, Mestre Fernando, renunciou ao cargo, o que levou o arcebispo D. Fernando da Guerra a extinguir o mosteiro e a transformá-lo no arcediagado tão criticado pelo autor da *Beneditina*[63]. Não é contudo uma listagem verosímil, pois, por exemplo, citando como primeiro abade a D. João, que terá morrido na Era de Augusto de 1120 (AD 1082), dá-nos o segundo abade como citado num documento de 1174 da Era de Cristo — ou seja, passados cerca de um século sobre a morte do primeiro!

Quanto ao mosteiro em si, deve ter começado por ser de pequena dimensão. Esta é também opinião do já citado D. Gabriel de Sousa: "Não foi mosteiro grande. Mas prosperou, bons duzentos anos, ao longo dos séculos XII e XIII. No século XIV entrou em crise, que a condição da natureza humana dificilmente aguenta firme e tensa a corda da disciplina"[64]. Não existem estudos arqueológicos que permitam avaliar a sua dimensão (se dele ainda restarem vestígios soterrados) e, hoje, pouco existe de visível que nos permita avaliar como era o primitivo cenóbio.



1. A igreja de Fontarcada no seu estado atual. Quase todas as casas visíveis foram construídas nos séculos XVIII e XIX

A igreja romano-gótica hoje existente é de construção bastante mais tardia que a data apontada para a fundação do mosteiro (1067), opinando Ferreira de Almeida que terá sido edificada pelos meados do século XIII[65]. Aliás, também esta opinião de Ferreira de Almeida vem, de alguma forma, reforçar o que acima é referido por D. Gabriel de Sousa sobre a prosperidade do cenóbio neste período (séculos XII e XIII), já que se trata de um templo de significativas dimensões — se

63 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, O. c., p. 216.
64 SOUSA, D. Gabriel de, *O. c.*, p. 4.
65 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O. c.*, p. 110. Este autor cita um documento de 1257, que refere uma dádiva de dez morabitinos para as obras, datação que, afirma,, "serve muito bem para o estilo da capela-mor que aqui encontramos".

comparado com outros do mesmo período existentes na região de Entre Douro e Minho pertencentes à mesma Ordem Beneditina — e apresenta excelente trabalho de mestres-pedreiros.

4. 6 - Couto de Fontarcada

As fontes disponíveis indicam-nos, quando os abades do mosteiro de Fontarcada são identificados através do patronímico, que muitos deles pertenceram à família do fundador. É pois provável que os de Lanhoso estivessem divididos por dois campos que se complementavam: no mosteiro, os "oradores"; na política, na tenência da Terra ou junto da Corte, os "defensores".

Terá sido, aliás, dada a proximidade dos descendentes do fundador do mosteiro a D. Afonso Henriques que o rei-fundador, no mês de Janeiro da era de MCLXX[66] (AD 1132), atribuiu Carta de Couto ao mosteiro de Fontarcada.

Sendo certo que, desde cedo (século XI) estiveram ligados à Cúria através da figura de D. Fafes Luz (ou Fáfila Lucides[67]), que é apontado como Alferes-mor do Conde D. Henrique, "os senhores de Lanhoso, durante o século XII, enquadram-se no grupo de famílias mais poderosas do reino, como ricos-homens. Os dois filhos daquele [D. Fafes Luz], Godinho Fafes II e Egas Fafes I, frequentaram a corte de D. Afonso Henriques; o primeiro como tenente de Lanhoso (1132), e o segundo como confirmante de diplomas régios (1146-1160)". Ora, é exatamente por esta altura (1132) que Afonso Henriques faz doação da Carta de Couto a Fontarcada, invocando nela Godinho Fafes (bisneto do fundador homónimo), sobre quem afirma que: "felizmente e fielmente te tornaste meu servidor, o que muito me agrada".

Esta Carta de Couto, encontra-se transcrita nas *Memórias Ressuscitadas de Entre Douro e Minho*[68], afirmando o autor, que consta de um pergaminho que estava (1726) no cartório do Arcediagado de Fontarcada, e "he hum treslado authentico, tirado de hum Tombo, passado em Guimarães", que "conthem o seguinte: 'Saibão todos, que em presença de mim Giraldo Esteves, Tabelião de Guimarães, e das testamunhas ao diante escritas, em Guimarães, três dias de Fevereiro da era de mil tresentos e sesenta e dous anos [AD 1324], perante Estêvão Pães, Juis da dita villa, Fernão Martins, Priol do mosteiro de Fonte Arcada, mostrou huma carta de privilegio, que desia que era e desia que, temendo-ce de se perder por agoa ou fogo, ou por outra maneira, e por rasão que Nosso Senhor el Rei mandava que todos aquelles que tivessem coutos, se lhe mostrassem por onde os havião: por onde pediram a mim dito tabalião que lhe desse o treslado do dito privilégio, com meo sinal; e pedio ao dito juis que desse hi sá authoridade, que lhe desse delle o treslado; e eu tabalião dei-lhe o treslado, e como era escrito, segundo a mim parecia, do qual o theor tal he:

«In nomine Sanctae et Individuae Trinitatis, Patris et Filii ac Spiritus Sancti, trinitas indivisa quae nunquan erit finienda, sed permanens per infinita saecula saeculorum, amem. Id circa ego Egregius Infans Dominus Alfonsus bonae memoriae, magni Adefonsi Imperatoris Hispaniae nepos, Comitis Henrici et Regina Tharesiae filius, in honorem Sancti Salvatoris et beatae Virginis Mariae, pró remédio animae meae et pró te Godino Fafile, qui mihi bene et fidiliter servitium fecisti, quod mihi bene placuit; facio cautum illo monasterio de Fonte Arcada. Sunt autem hujus cauti termini

66 A carta de Couto a Fontarcada é, se a documentação nos não engana, do ano de 1132. As cartas de couto a senhores monásticos, desde 1096 e até 1120, eram concedidas esporadicamente; entre 1120 e 1150, a atribuição generalizou-se e multiplicou-se; após 1150 e até 1185, "as cartas parecem ser concedidas por razões especiais". José Mattoso refere que com D. Afonso Henriques, entre 1128 e 150, as cartas de couto eram compradas por preços altos (excluindo as atribuídas a eremitas, que são gratuitas). Afonso Henriques "pretende [ao concedê-las] primeiro obter ou compensar a ajuda dos senhores locais, mesmo de segunda categoria, e depois conseguir auxílio monetário para as suas expedições, uma vez que a maioria das concessões são compradas a preços relativamente altos". Cf. MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder...*, pp. 272-273

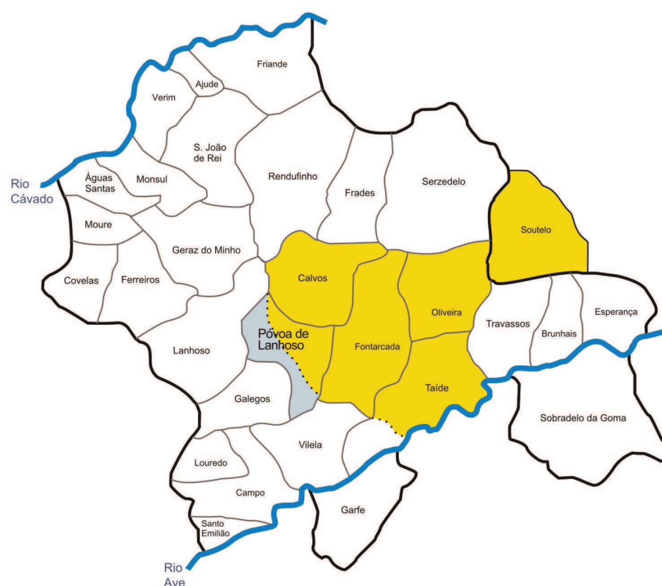
67 Fáfila Lucides governou Lanhoso entre 1110 e 1115, tendo sido casado com D. Dórdia Viegas, uma das filhas de Egas Pais de Penagate. Cf. MATTOSO, José, *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal – 1096-1325...*, p. 149.

68 CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, *O. c.*, pp. 211-212.

per ipsum rivulum Arcozello, quomodo discurrit usque ad illam petram de Uchias, et inde per Penela de Ressinda, inde per mamullas, et inde quomodo discurrit arrugium de Paredes in Gamoncto, onde inter Thaide et Simanes et Faritmillo termino de Olivaria, cum Vale Bono, et inde quomodo dividitur inter Naci et Vale Bono et inde inter Fonte Arcada et Naci et inde per ipsum terminum inter Calvos et Naci et inter Calvos et Frades et inde ad illum portum de Soutello et inde per ipsum rivulum de Arcuzello, in quo permitus inquoavimus. Si autem aliquis, tam extraneis, quam de propinquis, hoc cautum, quod ego in honore Sancti Salvatoris, pró remédio animae et pró Godino Fafile, feci, irrumpere voluerit, quod fieri nom credo, illi monasterio, vel qui vocem suam pulsaverit, quingentos sólidos pariat et insuper sit excomunicatus et a Sanctae Matris Eclaesiae segregatus et cum Juda traditore in palatino Gehaennae habeat habitaculum. Facta carta testamenti in honore Sancti Salvatoris pro remedio animae meae et te Godino Fafile. Dante superius comemoravimus mense Januário sub era de MCLXX. Ego Egregius Infans Dominus Alfonsus hoc cautum própria manu robor / / qui tunc temporis erat Pelagius Bracharensis Archiepiscopos / / Munius Ozores. Egas Monici, Fernandus Cativus Alferis, Ermigius Monis Majordomus Curiae, Petrus Cancelarius Infans, para testetunhas, Petrus, Junius, Pelágio…»[69]

Pela Carta de Foral procuramos identificar topónimos, locais, cursos de água. Alguns dos topónimos desapareceram, especialmente os que se referiam a lugares. Mas muitos outros mantiveram-se, nomeadamente os de alguns lugares e os de todas as freguesias citadas. Ora, essa identificação, permite-nos fazer uma ideia aproximada da dimensão do Couto de Fontarcada (ver mapa abaixo). Integrava as (atuais) freguesias de Fontarcada, Taíde, Oliveira, Soutelo (hoje do concelho de Vieira do Minho), Póvoa de Lanhoso e Calvos[70].

Mais tarde, nos séculos XIV, XV e seguintes, após a redução do antigo mosteiro a igreja secular e a arcediagado, outras paróquias viriam a ser "coladas" a Fontarcada, não ao Couto, mas à sua igreja paroquial. É o caso de S. Martinho de Galegos (do arciprestado da Póvoa de Lanhoso) e de Santa Marinha de Arosa (do arciprestado de Guimarães).



2. Assinalada a amarelo, a área (aproximada) que integrava o Couto de Fontarcada

69 Como anexo, encontra-se a tradução da carta de atribuição do Couto de Fontarcada, por D. Afonso Henriques, cuja tradução agradecemos ao Dr. Belarmino Marques Leite.
70 Está nesta freguesia (hoje fora do seu sítio original), a pedra de Couto, reproduzida na página número 4.

4. 7 - Declínio da Família de Lanhoso

Apesar da importância e destaque que teve no século anterior, quer no governo da Terras de Lanhoso quer pela presença na Corte, os de Lanhoso vieram a perder a influência política a partir do século XIII[71].

O mesmo não aconteceu numa outra vertente, a religiosa, na qual, durante todo o século XIII, alguns membros da família vêm a atingir lugares de grande destaque. São dignos de registo os casos de D. Gonçalo Viegas de Lanhoso, que foi o primeiro mestre da Ordem de Avis (com toda a influência que o cargo permite adivinhar); D. Egas Fafes Lanhoso II, que, para além de cónego (1227) e arcediago de Braga (1129-1242), foi bispo de Coimbra (1248-1267) e arcebispo de Santiago de Compostela (1267-1268); Martim Fafes de Lanhoso, que foi abade do poderoso mosteiro de Refojos de Basto; ou Fernão Soares Fafes, que foi tesoureiro, cónego e deão da Sé de Coimbra[72].

Os de Lanhoso haviam de se dividir em dois ramos: os Lanhoso-Altero e os Teixeira, de quem muito bem trata a citada tese de doutoramento de José Augusto Pizarro.

4. 8 - As propriedades do mosteiro de Fontarcada

As Inquirições de Afonso II (1220) fazem vastíssimas referências a propriedades que o mosteiro de Fontarcada possuía não apenas na Terra de Lanhoso, mas em muitos outros concelhos de toda a região de Entre Douro e Minho[73].

Logo no tocante ao próprio cenóbio beneditino — "De Monasterio de Fonte Arcada" — e no que respeita a "Regalengos", os jurados "dixerunt quod Rex nullum habet ibi Regalengum"[74]. No tocante a "Foros e Dádivas", os jurados disseram "quod de hereditate de Guilufo j. sextarium panis. Et de hereditate de Pelagio Sentiiz ij. Cúbitos de bracali pró fossadeira, — Interrogati si erat aliquod negatum ibi, dixerunt: non"[75]. No referente a "Padroados", os "jurati dixerum quod Rex non est patronus"[76] e, finalmente, quando se fala em "Bens e Ordens", Fonte Arcada aparece como proprietária de dezenas de propriedades, espalhadas por todas as paróquias da Terra de Lanhoso. Apenas como exemplo, note-se que, em Calvos, possuía "XViij. casalia", em Santa Maria de Rendufinho "Viij. casalia et ij casas" e em S. Salvador de Rossas (hoje concelho de Vieira do Minho), "xvj. casalia et médium"[77]. Na área circundante do cenóbio, os jurados disseram que "quod Monasterium habet ibi bonas senarias, xvj. casalia"[78]. Também encontramos referências no já citado manuscrito de Gaspar Álvares de Lousada, que nos fala em propriedades de Fontarcada por paróquias de quase todo o baixo Minho, terminando a referir que "tem o couto deste mostrº sua iurdição do tempo del Rey D. Aº Anriques pª qua como consta da doação acima referida, põem o Arcediago iuiz, e mordomo q conhece das causas, vão a elle per apellação, tem de comprido méa legoa o mesmo de Largo, tem 1500 caseiros, dos quaes os 300 vivem no Couto, [que] dista de Braga duas legoas e méa para oriente"[79].

---

71 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, O. c., p. 716.
72 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, O. c., p. 728.
73 Para já, apenas tivemos oportunidade de aceder às Inquirições de Afonso II, por serem estas as que se encontravam disponíveis no Arquivo Distrital de Braga. No desenvolvimento futuro deste trabalho, pretende-se consultar as Inquirições que se seguiram a estas, pois acredita-se que nelas exista outra vasta informação sobre o mosteiro de Fontarcada.
74 Portugaliae Monumenta Historica, *Inquisitiones*, Vol. I, p. 56.
75 Portugaliae Monumenta Historica, *Inquisitiones*, Vol. I, p. 145.
76 Portugaliae Monumenta Historica, *Inquisitiones*, Vol. I, p. 197.
77 Portugaliae Monumenta Historica, *Inquisitiones*, Vol. I, p. 246.
78 Portugaliae Monumenta Historica, *Inquisitiones*, Vol. I, p. 246.
79 FREITAS, Eugénio Andrêa da Cunha, *O. c.*, p. 117

5. O fim do mosteiro por decreto de D. Fernando da Guerra

5. 1 – O arcebispo D. Fernando da Guerra e a crise dos séculos XIV e XV

O Arcebispo bracarense D. Fernando da Guerra, neto de D. Pedro I por ser filho de D. João, bastardo deste rei de Portugal com D. Inês de Castro, nasceu, talvez em Lisboa, ou em Santarém, provavelmente em 1387, vindo a morrer em Braga, no dia 26 de Setembro de 1467.

Depois de ter estudado em Bolonha e "praticado" na Cúria de Roma, foi chantre de Coimbra, Mestre-escola da Sé de Lisboa, Bispo de Sines (onde nunca compareceu), e, posteriormente bispo do Porto e arcebispo de Braga[80]. À frente dos destinos da Mitra bracarense, que manteve por quase cinquenta anos (1417-1467), coube-lhe, entre outras missões, o difícil papel de extinguir um grande conjunto de mosteiros — entre os quais o de Fontarcada[81].

5. 2 – A crise dos Séculos XIV E XV e os mosteiros da Diocese de Braga

Para o enorme território então ocupado pela arquidiocese de Braga, o Prof. José Marques identifica 78 mosteiros subordinados a Regras de várias Ordens (maioritariamente beneditinos), fundados nos séculos XI e XII, defendendo que 60 deles são de fundação anterior ao ano 1100[82]. Este mesmo autor afirma, ainda, que a conhecida crise dos séculos XIV e XV (crise demográfica, económica e política), teve grande influência num processo de estrangulamento de praticamente todas as casas monásticas portuguesas. "Os mosteiros da Diocese de Braga, como os de todo o reino, sofreram gravemente o prolongado impacto da crise, segundo revelam as fontes conservadas nos Arquivos Nacional da Torre do Tombo e Distrital de Braga"[83], afirma, para de seguida acrescentar que "no contexto generalizado da mencionada crise económica, os mosteiros pelo trabalho dos seus monges e de outras pessoas de qualquer forma a elas ligada, devido a uma administração mais correcta e às dádivas recebidas" dispunham de bons recursos, mas também eram alvo das mais desmedidas cobiças por parte de pessoas de condição social elevada, mas sem os meios para manter os níveis de vida a que estavam habituados. Por isso, acrescente ainda José Marques, "a solução mais cómoda e imediata de tais dificuldades residia, normalmente, no assalto aos mosteiros e igrejas das proximidades"[84].

A Peste Negra, que nos séculos XIV e XV se manifestou com especial violência em toda a Europa, levando à já referida crise demográfica que, em Portugal, deverá ter feito desaparecer quase um terço da população[85], teve também grande influência na vida cenobítica, dado que muitos dos frades morreram por ela vitimados. Fruto da fortíssima crise demográfica, as próprias terras que pertenciam aos mosteiros passaram a não ter "braços" para as trabalharem, as explorarem convenientemente. Problema que, com toda a certeza, levou a que esses mosteiros perdessem parte significativa dos seus recursos materiais.

---

80 MARQUES, José, *O. c.*, 1988

81 Para um melhor conhecimento da vida e obra deste Arcebispo de Braga, consultar as obras MARQUES, José, O. c.; e FERREIRA, José Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III – Séc. XX)*, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1930, tomo II, pp. 249-298

82 MARQUES, José, *O. c.*, p.621

83 MARQUES, José, *O. c.*, p. 634.

84 MARQUES, José, *O. c.*, p. 634. Esta questão não se colocava somente em relação aos mosteiros. Numa carta do Arcebispo D. Fernando da Guerra a D. João I, que consta da obra de José Marques que temos vindo a citar (p. 638), lê-se: "… alguns fidalgos escudeiros se vãoo os mosteiros e egrejas e câmaras e quintaes e casaaes suas e dos ditos seus mosteiros e poussam em ellas e lhes tomam e mandam tomar paaes e vinhos e carnes e roupas e galinhas e patos e leytóoes e cevada e outras cousas (…)".

85 MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal. Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, (Vol. IV) Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 21.

O somatório das causas e consequências desta situação de crise levou a que as casas monacais, aos poucos, fossem perdendo riqueza e Religiosos, contribuindo para a sua degradação, que "viria a atingir a maior amplitude no segundo quartel do século XV"[86].

5. 3 – O fim do mosteiro de Fontarcada

Foi com este clima de grande degradação nos mosteiros da diocese que D. Fernando da Guerra se viu confrontado quando ascendeu à Mitra de Braga. Ao longo de quase meio século que durou o seu ministério visitou-os quase todos, e neles se instalava às vezes por períodos mais longos, aproveitando para daí partir em Visitação às paróquias deles vizinhas. Contudo, e "apesar dos mosteiros se constituírem como os melhores apoios logísticos para as suas deslocações pelos territórios sob sua administração, D. Fernando da Guerra pôde, nessas deslocação — algumas, como se disse, prolongadas — conhecer por dentro os problemas concretos das casas visitadas e preparar as intervenções que viria a encetar — a redução de vários deles a igrejas seculares. Fontarcada estava entre aqueles que tiveram esse fim.

Em 18 de Março de 1424, D. Fernando da Guerra confirmou Frei Gonçalo Borges como abade do mosteiro de Fontarcada, por renúncia do abade Vasco Martins. Em 4 de Setembro do ano seguinte, Frei Gonçalo viria a ser transferido para o mosteiro de Refojos de Basto, e nomeado para o substituir em Fontarcada, no mesmo ano, Frei Gonçalo Pereira[87]. Este Frei Gonçalo "levou o mosteiro ao último extremo, a ponto de ficar despovoado de monges"[88]. Em 1438, o arcebispo "deu o mosteiro em comenda ao seu pregador de palácio, o dominicano Mestre Fernando de Chelas", que, em 10 de Maio de 1455 renunciou à comenda, "em concerto com o arcebispo"[89]. No mesmo dia, D. Fernando da Guerra "extinguiu o mosteiro e o reduziu a simples igreja secular"[90], para dez anos passados (1465), o elevar à dignidade de arcediagado, cujo titular garantiu assento no Cabido da Sé de Braga[91]. O primeiro arcediago de Fontarcada foi Fernão Alvares de Almeida, por Bula datada de Braga em 21 de Maio de 1465, onde se lê que "o dito Senhor Arcebispo [D. Fernando da Guerra] por certas e lídimas razões instituiu e ordenou e de novo ordenou hum arcediagado sub título e vocabulo para sempre em Fonte Arcada (…), asinando a dita dignidade cadeira congrua em o dito coro e lugar nas procissões; aplicando ao dito arcediago a igreja do Salvador de Fonte Arcada, com as suas outras igrejas de São Gens, e São Migel de Villela, e São Pedro de Cerzedello, sua anexas ao dito arcediagado"[92].

O cronista beneditino Frei Leão de S. Tomás virá a ser muito cáustico em relação a todo este processo, quando na *Beneditina Lusitana*, afirma: "Passados dez anos o mesmo Arcebispo creou na See de Braga, hum novo Arcediagado, cuja cabeça quis que fosse o Mosteiro, ou Igreja de Fonte Arcada. E assim tem oje cadeira, & título na See de Braga, que segundo dizem tem obrigação de dizer à Missa Mayor dia de S. Pedro, & S. Paulo. Bemdito seja Deos, que por hua só Missa, se trocarão tantas, quantas, os Religiosos dezião em seu Mosteiro"[93].

Não terá razão o autor da *Beneditina* nesta sua afirmação pois, segundo José Marques, o mosteiro "em 1437 já não tinha Monges, aproveitando, por isso, Frei Fernando de Chelas todas as rendas

86 MARQUES, José, *O. c.*, p. 640.
87 FERREIRA, José Augusto, *O. c.*, pp. 289-290.
88 SOUSA, D. Gabriel de, *O. c.*, p. 4
89 SOUSA, D. Gabriel de, *O. c.*, p. 4.
90 SOUSA, D. Gabriel de, *O. c.*, p. 4.
91 MARQUES, José, *O. c.*, p. 667.
92 Cf. CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, *O. c.*, pp. 218-219.
93 TOMÁS, Fr. Leão de S., *O. c.*, p.258.

sem se preocupar com a conservação dos edifícios, cada vez mais arruinados; a missa e os ofícios, bem como a administração dos sacramentos, raras vezes tinham lugar, com grave detrimento espiritual dos habitantes das redondezas do mosteiro"[94].

Parece pois poder concluir-se que o mosteiro de Fontarcada, em termos religiosos, se finara ainda antes da sua redução a arcediagado. O mesmo não terá acontecido com as vastas rendas das suas muitas propriedades, as quais os autores em geral teimam em dizer "que continuaram a correr para Braga" enchendo as arcas dos seus senhores. Quer isto dizer que secou a religiosidade dentro do mosteiro, mas que a Fonte que lhe deu nome, Arcada ou não, continuou, por muitos e bons anos, a brotar ricas rendas para os bolsos dos sucessivos arcediagos que se seguiram a Fernão Alvares de Almeida.

94 MARQUES, José, *O. c.*, p. 667-668.

ANEXOS

Carta de Couto de Fontarcada[95]

[AD 1132]

"Em nome da Santa e Indivisível Trindade, Pai e Filho e Espírito Santo, trindade indivisa a qual jamais terá fim, mas permanecerá infinitamente pelos séculos dos séculos, amén. Junto deste eu Distinto Infante Senhor Afonso da boa memória, descendente do grande Imperador da Hispânia, filho do Conde Henrique e da Rainha Teresa, para honra do Santo Salvador e da beata Virgem Maria, em favor do remédio da minha alma e de ti Godinho Fafes, a quem felizmente e fielmente te tornaste meu servidor, o que muito me agrada; faço couto daquele mosteiro de Fonte Arcada. São assim limites deste couto o próprio regato de Arcozelo, quaisquer que sejam os lados por onde ele corre até aquela pedra de Ucha [?], e daí continuando por Penela de Ressinda, seguindo pelas mamôas e ainda os lados onde corre o riacho de Paredes até Gamonto, e ainda entre Taíde e Simães e Faritmillo com fim em Oliveira e Val Bom e ainda a maneira como está dividido o limite entre Nasce e Valbom e entre Fontarcada e Nasce e ainda o próprio limite entre Calvos e Nasce e entre Calvos e Frades e ainda até ao porto de Soutelo passando pelo rio de Arcuzelo, no qual primeiro invocamos. Se porém alguém quer sejam de fora, quer sejam presentes queira interromper este couto, o qual eu em honra do Santo Salvador para remédio de minha alma e por ti Godinho Fafes, eu fiz, o que não acredito ser feito, àquele mosteiro, ou àquele que tenha impedido a sua voz, pague quinhentos soldos e além disso seja excomungado pela Santa Madre Igreja e pois que tenha morada com Judas traidor no "palatino Gehaennae habed habitaculum". Feita esta carta de testamento em honra do Santo Salvador para remédio da minha alma e de ti Godinho Fafes. Recordamos o mês de Janeiro da Era de MCLXX [AD 1132]. Eu Distinto Infante Senhor Afonso corroboro este couto pela própria mão // o qual era o tempo de Pelágius era Arcebispo Bracarense // Munius Ozores. Egas Monici, Fernandus Cativus Alferis, Erminius Monis Majordomus Curiae, Petrus Cancelarius Infans, para testetunhas, Petrus, Junius, Pelágio…"

95 Tradução pelo Dr. Belarmino Marques Leite.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Impressas

— COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1706, Tomo I.

— CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra, *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho*, Barcelos, Edições Carvalhos de Basto, Lda., 1993.

— Portugaliae Monumenta Histórica, *Inquisiciones.*

2. Bibliografia

— ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *História da Arte em Portugal – O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

— BASTOS, Paixão, *No Coração do Minho: a Póvoa de Lanhoso Histórica e Ilustrada*, Braga, Tipografia Henriquina a Vapor, 1907.

— BRANCO, Camilo Castelo, *O Demónio do Ouro*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira (6ª edição), 1970, Vol. 1.

— CAPELA, José Viriato, *As Freguesias do Distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*, Braga, Edição Integrada no Projecto "A Descrição do Território Português" do Século XVIII, 2003.

— CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério, *O Concelho de S. João de Rei*, *A Reforma Liberal dos Concelhos e os Últimos Anos do Concelho de S. João de Rei*, in *Lanyoso*, Nº 1, Póvoa de Lanhoso, edição da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 2006.

— *Castelo de Lanhoso (O)*, Lisboa, Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 29, Setembro de 1942.

— CELESTINO, António, *Antigamente Era San Jhoan de Rey*, Póvoa de Lanhoso, Edição da Câmara Municipal (2ª ed.), 1994.

— GARCIA DE CORTAZAR, José Algel, *História Rural Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

— COSTA, Avelino de Jesus da, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, Braga, Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, (Vol. I e II), 1997.

— CUNHA, Pe. Arlindo Ribeiro da, *Os Machados da Torre de Geraz*, Póvoa de Lanhoso, Edição Terras de Lanhoso, 2003.

— DINIS, António Pereira, *O balneário do Alto de Quintãs (Póvoa de Lanhoso, Norte de Portugal). Um novo caso a juntar ao livro negro da arqueologia do Entre Douro e Minho*, in *Mínia*, nº 10, IIIª série, Braga, ASPA -Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural, 2002.

— FERREIRA, José Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (Séc. III – Séc. XX),* Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1930, tomo II.

— FREITAS, Eugénio Andrêa da Cunha, *Um Inédito de Gaspar Álvares de Lousada: O Mosteiro de Fonte Arcada e os seus Fundadores*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977.

— FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro, *O Castelo de Lanhoso*, Póvoa de Lanhoso, Editorial Ave Rara, 2005.

— FREITAS, Paulo Alexandre Ribeiro, *Terras de Lanhoso – Monografias II – Meã Popula de Lanyoso*

– *Forais de Lanhoso*, Póvoa de Lanhoso, Edição da Câmara Municipal, 1992.

— MACHADO, Sérgio Manuel da Costa, *Subindo ao Monte de Penafiel de Soaz: ao encontro de São Mamede*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 2006.

— MARQUES, A. H. de Oliveira, *Nova História de Portugal. Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, (Vol. IV) Lisboa, Editorial Presença, 1987.

— MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

— MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros – A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1998.

— MATTOSO, José, *A Nobreza Medieval Portuguesa: A Família e o Poder*, Lisboa, Editorial Estampa (4ª ed.), 1994.

— MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal*, Vol. I e II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.

— MATTOSO, José, *Identificação de um País; Ensaio sobre as Origens de Portugal – 1096-1325*, Lisboa, Editorial Estampa (5ª ed.), 1995. Volumes I e II.

— MATTOSO, José, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros – A Nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1998.

— NORTON, Maria Henriqueta C. R. Teixeira da Mota, *O Inquérito de 1758 do Pe. Luís Cardoso*, Póvoa de Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, 1987.

— PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas – Genealogias e Estratégias (1279-1325),* Porto, 1997. Volumes I, II e III.

— SANTOS, Pe. Manuel Magalhães dos Santos, *Monografia da Freguesia da Póvoa de Lanhoso: Nossa Senhora do Amparo*, Póvoa de Lanhoso, edição do Autor, 1990.

— SÃO TOMÁS, Frei Leão de, *Beneditina Lusitana*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, Vol. II.

— SOARES, Torquato de Sousa, *A Presúria de Porugale (Porto) em 868. Seu Significado Nacional*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1967.

— SOUSA, D. Gabriel de, *A Póvoa de Lanhoso e a sua Dimensão Beneditina*, conferência policopiado, s/data.

— TEIXEIRA, Carlos, *Notas Arqueológicas sobre o castro de Lanhoso*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1940.